

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº LCT2500018

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em gestão de mobilidade corporativa, por meio de plataforma integradora, incluindo o gerenciamento e intermediação de serviço de transporte terrestre de passageiros, para a solicitação de traslado, sob demanda, por meio de aplicativo WEB e aplicativo MOBILE.

Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Opcional	<input checked="" type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> Pedido de Compra <input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Por Item <input checked="" type="checkbox"/> Por Lote

Exige Amostra	Catálogo/ Folder/Prospecto	Garantia do Bem	Garantia Contratual
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Requisitos Básicos:	Requisitos Específicos:
<input checked="" type="checkbox"/> HABILITAÇÃO JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/> QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA <input checked="" type="checkbox"/> REGULARIDADE FISCAL	<input checked="" type="checkbox"/> QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

- ☒ Sim, mediante reajuste, após 12 (doze) meses da data limite para apresentação da proposta, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais.
- ☐ Sim, após 12 meses de vigência, mediante repactuação, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais.
- ☐ Não, o preço será fixo e irreajustável.

GERÊNCIA DEMANDANTE:

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em gestão de mobilidade corporativa, por meio de plataforma integradora, incluindo o gerenciamento e intermediação de serviço de transporte terrestre de passageiros, para a solicitação de traslado, sob demanda, por meio de aplicativo WEB e aplicativo MOBILE conforme tabela abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO I	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em gestão de mobilidade corporativa.	Serviço	2.500	R\$ 4,68	R\$11.700,00
	2	Valor fixo de corridas (anual)	Serviço	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
	Valor total: R\$ 111.700,00 (cento e onze mil e setecentos reais)					

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrão de desempenho já estabelecido pelo mercado.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Sebrae DF, em sua missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, utiliza eventos como ferramentas estratégicas para fomentar o empreendedorismo e fortalecer o relacionamento com micro e pequenos empresários. Dentro desse contexto, a contratação justifica-se pela necessidade da prestação de serviços visando a contratação de uma empresa especializada na intermediação do transporte terrestre de passageiros por meio de

aplicativo. Tal deslocamento é essencial, pois além de atender a realização de atividades descentralizadas, o SEBRAE/DF possui infraestrutura espalhada pelo Distrito Federal (SIA, Taguatinga, Asa Norte e Granja do Torto).

2.2. O resultado da contratação visa fornecer meio de transporte terrestre individual aos funcionários do SEBRAE para facilitar o deslocamento durante suas atividades profissionais nos diversos locais de trabalho. Isso visa contribuir para o alcance das metas da organização e garantir maior agilidade no atendimento.

2.3. Reconhecido nacional e internacionalmente, o SEBRAE/DF é um sistema de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios que fomenta o desenvolvimento de microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, produtores rurais e potenciais empreendedores, por meio de projetos e ações que contribuem para seu fortalecimento e para a economia do País.

2.4. O Sebrae/DF visa o cumprimento de sua competência e missão institucional, sempre com o propósito de transformar os pequenos negócios em protagonistas do desenvolvimento sustentável do Brasil.

2.5. Os programas e ações do Sebrae/DF são voltados para o apoio aos micros e pequenos empresários, e demais públicos definidos pela legislação. Observem que como toda atividade privada é crucial e recomendável a criação de elementos, que promovam interesse e engajamento do público-alvo.

2.6. Considerando a natureza de direito privado do Sebrae, que naturalmente possui menor rigor nos procedimentos de contratação em relação as instituições de direito público, a adoção de uma solução moderna e eficiente para o gerenciamento da mobilidade corporativa –com foco em controle de gastos, rastreabilidade das viagens, segurança operacional, transparência administrativa e suporte às ações institucionais — reforça o compromisso com a missão institucional do SEBRAE/DF. Essa iniciativa demonstra a busca pela eficiência e eficácia no uso dos recursos, atendendo ao interesse público e potencializando as entregas aos empreendedores e à sociedade beneficiada.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratada será responsável por operacionalizar um aplicativo que realizará a intermediação de solicitações de transporte terrestre, integrando empresas de transporte de passageiros como (táxis, cooperativas de táxi, Uber, 99) entre outros prestadores de serviços semelhantes disponíveis em cada região de atuação.

3.2. A plataforma integradora deverá disponibilizar no mínimo 02 (duas) opções de soluções de táxi e pelo menos 01 (uma) opção de aplicativo de mobilidade privada para atendimento de transporte individual de passageiro, (como por exemplo Uber, 99 Táxi, Easy táxi, Cooperativas de Táxi etc.) além da possibilidade de integrar outros serviços fornecidos por veículos privados e cooperativas de táxi;

3.3. A contratada deve assegurar que o aplicativo atenda a todas as localidades do SEBRAE/DF, incluindo a sede no SIA, Taguatinga, Asa Norte e Granja do Torto.

3.4. O aplicativo deverá disponibilizar ao solicitante o monitoramento da corrida desde o momento da solicitação, pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada do táxi, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro (Mapa de acompanhamento do chamado). Além disso, deverá constar o nome e telefone do motorista, e identificação do veículo.

3.5. A CONTRATADA deverá dispor de aplicativo para chamada disponível em ambiente web (internet) para microcomputadores e/ou dispositivos móveis.

3.6. A CONTRATADA deverá dispor de canal de comunicação 24 (vinte e quatro) horas de segunda a domingo, inclusive feriados, para as eventuais situações de indisponibilidade do aplicativo e/ou, quando se fizer necessário pedir alguma providência urgente para a CONTRATADA.

FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

3.6.1. SISTEMA

3.6.1.1. As corridas deverão ser monitoradas via GPS, e disponibilizadas consultas on-line para os CONTRATANTES (em tempo real), por meio de sistema WEB, que armazenará os relatórios e o painel de gestão.

3.6.1.2. O sistema WEB deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:

- 3.6.1.2.1. Identificação do carro/táxi da CONTRATADA;
- 3.6.1.2.2. Identificação da placa do carro;
- 3.6.1.2.3. Identificação do taxista/motorista da CONTRATADA;
- 3.6.1.2.4. Valor da corrida que corresponderá ao constante do APP no ato da solicitação
- 3.6.1.2.5. Origem;
- 3.6.1.2.6. Destino;
- 3.6.1.2.7. Quilometragem total percorrida;
- 3.6.1.2.8. Rota percorrida;
- 3.6.1.2.9. Data da corrida;
- 3.6.1.2.10. Horário da solicitação/chamada;
- 3.6.1.2.11. Identificação do SEBRAE/DF;
- 3.6.1.2.12. Centro de custo do SEBRAE/DF;
- 3.6.1.2.13. Identificação do usuário/passageiro;
- 3.6.1.2.14. Justificativa da corrida.

3.6.1.3. A CONTRATADA deverá dispor de sistema de gestão e controle de utilização via web, para acompanhamento de utilização dos gastos com serviço de táxi e transporte privado, com sistema de backup.

3.6.2. CADASTRO DE USUÁRIOS

3.6.2.1. Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos.

3.6.2.2. O SEBRAE/DF deverá ter liberdade para gerenciar os usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários, a qualquer momento, pelo sistema.

3.6.3. INTEGRAÇÕES

3.6.3.1. A integração dos fornecedores do serviço de transporte e a conexão destes com a plataforma integradora será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, que deverá já possuir as referidas conexões estabelecidas e/ou desenvolver APIs necessárias até a data da assinatura do contrato.

3.6.3.2. Deve ser assegurada a integração com diversas empresas de transporte, possibilitando uma ampla variedade de opções para os usuários.

3.6.3.3. A plataforma deve oferecer funcionalidades que garantam a segurança, rastreabilidade e qualidade dos serviços prestados.

3.6.3.4. A contratada deve implementar um sistema de controle eficiente para assegurar o correto faturamento de cada deslocamento, garantindo a transparência e precisão nos custos envolvidos.

3.6.3.5. Deve ser possível visualizar e monitorar os custos de transporte por localidade, proporcionando controle e análise estratégica.

3.6.3.6. A CONTRATADA deve manter os ambientes do aplicativo operacionais e disponíveis para acesso dos usuários, além de gerenciar disponibilidade, bem como ações proativas para mitigação de riscos de ocorrência de eventos de indisponibilidade.

3.6.3.7. A empresa contratada deverá fornecer suporte técnico durante toda a vigência do contrato, realizado por e-mail, conexão remota ou telefone sem limite de horas mensais, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (ou horário maior, caso seja do seu interesse).

3.6.3.8. A empresa contratada deverá realizar atualização de novas versões do sistema, com melhorias, acompanhando a evolução tecnológica do mercado, bem como, customizações exigidas pela legislação vigente. As atualizações deverão ser comunicadas previamente ao SEBRAE/DF para planejar a ação sem acarretar prejuízo aos usuários.

3.6.4. SOLICITAÇÕES

3.6.4.1. A solicitação de transporte/corrida deverá ser realizada através de aplicativo instalado em smartphone – no mínimo para os sistemas operacionais Android e IOS, e sistema WEB através de dispositivos eletrônicos (computador: ultrabook, notebook e tablet), em quaisquer casos, conectados à internet.

3.6.4.2. O aplicativo deverá apresentar a cotação com os fornecedores disponíveis para o percurso solicitado, possibilitando a escolha prévia, levando em consideração o tempo de espera e o valor.

3.6.4.3. O aplicativo deverá disponibilizar os seguintes campos obrigatórios de preenchimento do usuário/passageiro:

3.6.4.3.1. Origem: Busca automática do mapa, e Campo aberto estimado em 80 caracteres;

3.6.4.3.2. Destino: Busca automática do mapa, e Campo aberto estimado em 80 caracteres;

3.6.4.3.3. Entidade, Unidade, Centro de responsabilidade.

3.6.4.3.4. Motivo da Corrida (Justificativa) com campo aberto estimado de até 200 caracteres.

3.6.4.4. Deverão ser inclusos algumas sugestões de preenchimento automático como:

3.6.4.4.1. Reunião com Cliente;

3.6.4.4.2. Visita à cliente;

3.6.4.4.3. Visita Técnica;

3.6.4.4.4. Auditoria/Consultoria;

3.6.4.4.5. Ministrando Treinamento;

3.6.4.4.6. Viagem.

3.6.4.5. Os serviços serão prestados mediante solicitação do SEBRAE/DF, que poderá ser efetuada por:

3.6.4.5.1. Aplicativo WEB da CONTRATADA;

3.6.4.5.2. Ligação para a Central de Atendimento da CONTRATADA;

3.6.4.5.3. Mensagem Eletrônica – SMS (opção desejável).

3.6.4.6. Para as solicitações poderão ser utilizados os seguintes critérios:

3.6.4.6.1. Solicitação imediata;

3.6.4.6.2. Agendamento prévio, com data e horário (disponível, pelo menos, para a opção ligação à Central de Atendimento da CONTRATADA).

3.6.4.7. Os serviços deverão ser prestados diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia inclusive aos sábados, domingos e feriados.

3.6.4.8. Após efetuada a solicitação imediata, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, em qualquer região da RIDE-DF, salvo em condições anormais de trânsito provocadas por chuvas, alagamentos, greves, congestionamentos decorrentes de acidentes de trânsito ou deficiência técnica de rádio comunicação, cuja comprovação poderá ser solicitada pelo SEBRAE/DF.

3.6.4.9. A CONTRATADA disponibilizará ao SEBRAE/DF número de telefone da Central de atendimento 24 (vinte e quatro), que também servirá de contato em emergência.

3.6.4.10. Havendo cancelamento da solicitação pelo motorista, deverão ficar registrados na plataforma integradora os dados deste (nome completo, placa do veículo utilizado, data da solicitação, hora da solicitação) e disponíveis ao CONTRATANTE.

3.6.4.11. O aplicativo deverá permitir ao solicitante monitorar a corrida desde o instante da solicitação (mapa de acompanhamento do chamado), pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada do veículo, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro. Além disso, deverá constar o nome e telefone do motorista, e identificação e caracterização (especificação) do veículo.

3.6.4.12. Não será cobrada, em nenhuma hipótese, taxa adicional para transporte de bagagem.

3.6.4.13. Não será admitida, a utilização do serviço para viagem, limitado apenas ao perímetro da RIDE-DF.

3.6.5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.6.5.1. A CONTRATADA deverá intermediar os serviços de empresas cujos veículos obedeçam fielmente à legislação pertinente, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, às normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber, e ainda à Legislação Municipal correspondente e que trata da permissão dos serviços de táxi e transporte privado.

3.6.5.2. A CONTRATADA deverá intermediar os serviços de empresas cujos motoristas estejam devidamente habilitados para prestação dos serviços de táxi e transporte privado.

3.6.5.3. Os veículos deverão obrigatoriamente portar os documentos e equipamentos previstos pela legislação vigente, em seus prazos de validade.

3.6.6. RELATÓRIOS

3.6.6.1. A CONTRATADA deverá providenciar para que os relatórios de gerenciamento estejam disponíveis todos os dias em seu sistema, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos

sábados, domingos e feriados, permitindo a sua visualização e geração com os dados das corridas, por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:

3.6.6.1.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro;

3.6.6.1.2. Corridas e gastos por centro de custos;

3.6.6.1.3. Corridas e gastos por período.

3.6.6.2. Deverão ser disponibilizados, alguns dos seguintes Indicadores:

3.6.6.2.1. Quantidade de atendimentos realizados por unidades/departamentos;

3.6.6.2.2. Quantidade de atendimentos dentro do prazo máximo de 20 minutos;

3.6.6.2.3. Gasto por Empresa, Unidade, Departamento, Centro de Responsabilidade e Projetos;

3.6.6.3. Mensalmente, a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços prestados, o qual deverá,

3.6.6.4. ser validado pelo SEBRAE/DF, antes da emissão da Nota Fiscal.

3.6.6.5. Os dados das corridas deverão ser disponibilizados online para consulta do SEBRAE/DF, por meio de sistema WEB que armazenará os relatórios e o painel de gestão, em formato PDF ou Excel.

3.6.6.6. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas, em tempo real, no mesmo sistema, no mínimo, com os seguintes perfis:

3.6.6.6.1. **Pelo próprio usuário:** acesso apenas ao relatório e histórico de suas próprias corridas e gastos por centro de custo;

3.6.6.6.2. **Gestor de área:** acesso aos relatórios de todos os usuários/autorizados de sua própria unidade/centro de custo.

3.6.6.6.3. **Pelo gestor de contrato:** acesso completo a todos os centros de custos, e relatórios de utilização de táxi de todos os autorizados/usuários do SEBRAE, cadastrados no sistema.

3.6.6.7. Caso ocorra avaliação do motorista por parte do usuário, é desejável que a mesma conste no relatório mensal.

3.6.7. TREINAMENTO

3.6.7.1. A CONTRATADA deverá prover treinamento e/ou orientação, bem como prestar os devidos esclarecimentos para uso do aplicativo pelos funcionários designados pelo SEBRAE/DF.

3.6.7.2. O treinamento será feito de forma presencial, ou on-line, através de plataforma a ser disponibilizada pela CONTRATADA, a ser previamente definida entre o SEBRAE/DF e a CONTRATADA.

3.6.7.3. O treinamento das funcionalidades da plataforma será ministrado para todos os funcionários do SEBRAE/DF, o que será previamente definido pelo próprio SEBRAE/DF.

3.6.8. DA ABRANGÊNCIA

3.6.8.1. Os serviços descritos neste instrumento devem atender as localidades do SEBRAE/DF inseridas no perímetro da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Regiões Administrativas (RA's-DF), conforme listado abaixo:

3.6.8.1.1. Brasília (Sede Nacional do Sebrae e Sebrae/DF no SIA), unidades administrativas e de atendimento no Distrito Federal (Taguatinga, Asa Norte e Granja do Torto), e demais Regiões Administrativas do Distrito Federal criadas ou alteradas por lei posterior, conforme delimitadas pela Lei nº 6.317, de 26 de dezembro de 2018, e suas alterações.

3.6.8.2. A cobertura geográfica deve ser integral, garantindo a disponibilidade do serviço em todas as regiões mencionadas.

3.6.8.3. O sistema deve estar parametrizado para que os funcionários realizem a utilização dentro da sua respectiva região de atuação, dentro das RA's-DF.

3.6.8.4. O cadastro do usuário do aplicativo deve ser bloqueado para utilização fora da sua região de abrangência/atuação.

4. DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATADA será remunerada através de remuneração fixa por transação, ou seja, uma transação configura uma corrida finalizada.

4.2. O pagamento será realizado mensalmente, sendo considerado o (VALOR TOTAL DAS CORRIDAS DO MÊS) + (QUANTIDADE DE CORRIDAS DO MÊS X REMUNERAÇÃO FIXA POR CORRIDA), após a execução da totalidade dos serviços e aprovação do Gestor do contrato.

4.3. As medições deverão ser efetuadas diretamente pela CONTRATADA, contendo relação dos atendimentos efetuados, emitido em documento com assinatura eletrônica e enviada ao Gestor da Contratação indicado na reunião de briefing através de correio eletrônico ou outro meio indicado pelo SEBRAE, em até 02 (dois) dias do mês subsequente a prestação do serviço.

4.4. Os serviços não apontados no mês das respectivas medições deverão, impreterivelmente, serem apresentados, com o valor da época, no mês posterior da sua realização.

4.5. Não haverá cobrança de taxa de retorno do serviço prestado, tampouco de agendamento prévio.

4.6. Poderão ocorrer rejeições parciais da medição, por motivos imputáveis à CONTRATADA:

4.6.1. A parcela da medição rejeitada será devolvida à CONTRATADA, para cancelamento ou correção. Neste caso, os prazos estabelecidos serão contabilizados a partir da medição subsequente.

4.6.2. A devolução, total ou parcial, das medições e/ou documentos de cobrança não aprovados, bem como os prazos determinados para reapresentação e reexame, em hipótese alguma será motivo para suspensão da execução dos serviços contratados.

4.6.3. Nos valores apurados na forma acima estabelecida, estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, impostos, remunerações, seguros, pedágio e outros custos necessários ao cumprimento integral deste objeto.

4.7. Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio do GOOGLE, a qual será multiplicada pelo valor da respectiva bandeira vigente.

Liquidação

4.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 4.9.1. o prazo de validade;
- 4.9.2. a data da emissão;
- 4.9.3. os dados do contrato e do contratante;
- 4.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 4.9.5. o valor a pagar; e
- 4.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

4.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae. Tais documentos deverão ser mantidos atualizados durante a vigência do contrato dentro do Portal do Fornecedor.

4.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

4.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

4.17. A Nota Fiscal referente aos serviços prestados deverá ser emitida e entregue até dia 20 de cada mês. Posterior a esta data, a mesma deverá ser emitida no 1º dia útil do mês subsequente

4.18. A empresa deverá anexar em todas as Notas Fiscais/Faturas a prova de regularidade fiscal com os seguintes documentos:

4.18.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e à Seguridade Social.

4.18.2. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais.

4.18.3. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais.

4.18.4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

4.19. O pagamento será realizado preferencialmente através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

4.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Prazos

5.1. O prazo para implantação e início da execução dos serviços contratados será de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato, nos seguintes termos:

- 5.1.1. Para cadastramento de usuários e emissão de senhas: 5 (cinco) dias;
- 5.1.2. Para implantação e/ou acesso ao sistema: até 7 (sete) dias;
- 5.1.3. Treinamento do sistema: até 10 (dez) dias.

Obrigações da Contratada

5.2. Atender e manter durante a execução do contrato os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional.

5.3. Manter a taxa ofertada pelo período de 12 (doze) meses.

5.4. Realizar o objeto do contrato em estrita observância ao exposto e previamente autorizado pelo SEBRAE/DF.

5.5. Cumprir rigorosamente as especificações técnicas e os prazos constantes no documento pertinente ou descrição do objeto, cabendo ainda à CONTRATADA a exclusiva responsabilização legal, administrativa e técnica pela execução das atividades inerentes ao objeto contratado.

5.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo SEBRAE/DF, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.7. Manter entendimento com o SEBRAE/DF, objetivando evitar transtornos nos atendimentos, mantendo sempre a instituição informada de dados relevantes.

5.8. Responsabilizar-se pelas despesas com o cumprimento das obrigações sociais, civis, fiscais, tributárias e trabalhistas, decorrente a execução total deste contrato, correndo todas por sua exclusiva conta, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do SEBRAE/DF para com estas obrigações.

5.9. Cumprir todas as legislações federais, distritais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa.

5.10. Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual, inclusive quanto à criação de novos encargos, ficando o SEBRAE/DF excluído de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, penal, fiscal, tributária ou trabalhista.

5.11. Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta do SEBRAE/DF, sem expressa autorização.

5.12. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha causar a terceiros, bem como ao patrimônio ou aos funcionários do SEBRAE/DF, na utilização do objeto deste termo, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do SEBRAE/DF.

5.13. Manter sigilo total não divulgando quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do SEBRAE/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5.14. Sob nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do conteúdo objeto do contrato, sem prévia autorização do SEBRAE/DF, bem como transferir a responsabilidade da CONTRATADA para outras empresas.

5.15. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o SEBRAE/DF, desde que de responsabilidade da CONTRATADA.

5.16. Caso o SEBRAE/DF seja demandado como réu ou reclamado, em quaisquer ações judiciais ou administrativas que possam ocorrer em consequência da execução deste contrato, em especial reclamações trabalhistas, solidariamente ou subsidiariamente, de empregados ou representantes autônomos, prestadores de serviços e assemelhados, que prestem serviços para a CONTRATADA, fica essa obrigada a reembolsar ao SEBRAE/DF, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da intimação para pagamento da condenação, as despesas decorrentes da eventual condenação, custas, inclusive honorários periciais e advocatícios, com juros e atualização monetária.

5.17. Manter atendentes qualificados para pronto atendimento ao SEBRAE/DF, seja por e-mail ou aplicativo próprio.

6. OBRIGAÇÕES DE FOMENTO A SUSTENTABILIDADE

6.1. Obedecendo à RESOLUÇÃO CDN Nº 493/2024 aplicável ao Sistema Sebrae, a empresa CONTRATADA deverá atender, sempre que possível, às seguintes diretrizes, referentes à sustentabilidade:

- 6.1.1. Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e utilização;
- 6.1.2. Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- 6.1.3. Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- 6.1.4. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 6.1.5. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 6.1.6. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 6.1.7. Maior geração de emprego e renda, preferencialmente com mão de obra local;
- 6.1.8. Redução de desigualdades sociais, ações de equidade de gênero, raça e etnia, inclusão social e diversidade;
- 6.1.9. Boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista;
- 6.1.10. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- 6.1.11. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

6.2. A CONTRATANTE adota e apoia um conjunto de compromissos socioambientais voluntários, entre os quais os Princípios para o Lixo Zero da Zero Waste International Alliance, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da organização das Nações Unidas, Compromisso Brasileiro de redução das emissões de gases de efeito estufa presente na Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, bem como Política Nacional de Direitos Humanos.

6.2.1. Dessa forma a CONTRATADA concorda em cumprir e fazer cumprir, conforme o caso, e declarar-se ciente com o disposto a seguir:

- a) Respeitar e promover a diversidade no quadro de seus funcionários e colaboradores, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado de sua ou demais empresas, recebam tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
- b) Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho, bem como atender às diretrizes do Protocolo Por Todas Elas instituído pela LEI Nº 7.241, DE 26 DE ABRIL DE 2023.
- c) Atender todas as normas e medidas de saúde e segurança no trabalho pertinentes para os respectivos objetos de contratação, garantindo de forma irrestrita, que todos os colaboradores usem de forma obrigatória os equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos por lei, bem como tenham no ambiente de trabalho os respectivos

certificados das capacitações das normas regulamentadores atualizados, sob pena de suspensão do trabalho;

d) Atender às normas de segurança alimentar;

e) Proteger e preservar o meio ambiente, bem como evitar quaisquer práticas que possam lhe causar danos, executando seus serviços em estrita observância às normas legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao assunto, incluindo, mas não se limitando à:

- Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional Sobre Mudanças no Clima;
- Lei nº 9.605/1998, a chamada “Lei dos Crimes Ambientais”;
- Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei Distrital nº 5610/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos do Distrito federal e dá outras providências, assim como as demais normas relacionadas ao gerenciamento, ao manuseio e ao descarte adequado dos resíduos sólidos resultantes de suas atividades, privilegiando todas as formas de reuso, reciclagem e de descarte adequado, de acordo com as normas antes mencionadas e as diretrizes de sustentabilidade da CONTRATANTE.

6.3. Fica condicionado o pagamento do respectivo contrato de prestação de serviços às seguintes responsabilidades:

6.3.1. Participação dos colaboradores em treinamentos, quando houver, de equipes sobre as pautas socioambientais do evento, que inclui coordenadores e equipes de campo.

6.3.2. Responder ao Formulário de Dados Socioambientais da ISO20.121, a ser encaminhado pela CONTRATANTE em link próprio e voltado exclusivamente para mapeando de indicadores socioambientais.

6.3.3. Adotar as práticas de redução e gerenciamento seletivo dos resíduos, conforme orientações a serem prestadas pela CONTRATANTE.

6.3.4. Quando o escopo do serviço demandar o uso de embalagens descartáveis, estas devem ser obrigatoriamente compostáveis, produzidas a partir de materiais orgânicos, em nenhuma hipótese será permitida a utilização de outros tipos de embalagens que originem os microplásticos.

6.3.5. Contribuir com a Polícia de Diversidade e Inclusão Socioproductiva da CONTRATANTE que dispõe da composição das equipes de trabalho que INCLUA as seguintes categorias: idosos, pessoas com deficiência, representantes da comunidade lgbtqia+, pessoas não brancas, refugiados, imigrantes, pessoas em situação de vulnerabilidade social, mulheres que participam de programas combate à violência doméstica, bem como outras formas de inclusão produtiva.

6.4. Quando autorizada a subcontratação de terceiros para o desempenho de atividades relacionadas ao objeto deste Contrato, a CONTRATADA fará constar do contrato com suas subcontratadas, redação que contenha, as obrigações constantes nos itens acima, bem como cláusulas que obriguem as subcontratadas ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o SEBRAE/DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Sebrae/DF poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período em que o serviço estiver sendo executado.

7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização e Gestão Contratual

7.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o Sebrae/DF.

- 7.10. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do Sebrae/DF.
- 7.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.19. O gestor do contrato poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do Sebrae/DF.

8. ASSINATURA DO CONTRATO/ATA

- 8.1. O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o contrato/ata, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 8.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do LICITANTE VENCEDOR e aceita pelo SEBRAE/DF.

8.3. O licitante vencedor assinante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

9. VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 120 (cento e vinte) meses, conforme art. 36 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE – Resolução CDN nº 493/2024.

10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto no artigo 44, da Resolução CDN n.º 439/2023 de 28 de novembro de 2023;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III – após o interregno de 01 (um) ano, **contado da data limite para a apresentação das propostas**, mediante solicitação do fornecedor, os preços iniciais poderão ser reajustados, pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V \times (I - I^{\circ})}{I^{\circ}}$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação.

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

11. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

11.1. No presente caso não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que não há no objeto em apreço nada que justifique tal permissão. Ao contrário disto, estaria se atentando contra o princípio da competitividade, pois se permitiria, a união de concorrentes que

poderiam disputar entre si o objeto do presente instrumento, violando, por via transversa, o princípio da vantajosidade.

11.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente caso não limitará a competitividade.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado, uma vez que a natureza do bem a ser adquirido não comporta tal instituto. A integração com terceiros (Uber, 99, cooperativas) é responsabilidade da contratada, sem transferência da obrigação principal.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração, nos termos da Resolução CDN n.º 493/2024, o LICITANTE que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo SEBRAE/DF;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.5. fraudar a licitação.

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.8. Com fulcro na Resolução CDN n.º 493/2024, o SEBRAE/DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar AO LICITANTE as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.1.8.1. Advertência escrita;

13.1.8.2. Multa;

13.1.8.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar de contratar com o SEBRAE em âmbito local ou nacional, nos termos dos artigos 42 e 43, da Resolução CDN n.º 493/2024.

13.1.9. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.1.9.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 2% do valor do contrato licitado.

13.1.9.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4; 13.1.5; 13.1.6 e 13.1.7 a multa será de 2% a 5% do valor do contrato licitado.

13.1.10. As sanções de advertência e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE/DF, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.1.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.1.12. Poderá ser aplicada ao LICITANTE a sanção de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE nos seguintes casos:

13.1.13. em âmbito nacional, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4; 13.1.5; 13.1.6 e 13.1.7, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos;

13.1.14. em âmbito local, pelas infrações previstas nos itens 13.1.1; 13.1.2 e 13.1.3, por prazo não superior a 3 (três) anos, sendo que, também poderá ser aplicada a penalidade prevista no item 15.7.1, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave.

13.2. Comete infração, nos termos da Resolução CDN n.º 493/2024, a CONTRATADA que, com dolo ou culpa:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao SEBRAE/DF ou ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.1. Serão aplicadas a **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.2. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE/DF (âmbito local), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos.;

13.2.4. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE em âmbito nacional, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.5. Multa:

13.2.6. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

13.2.7. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando for o caso;

13.2.7.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza o SEBRAE/DF a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

13.2.8. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.9. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

13.2.11. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.12. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SEBRAE/DF.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo SEBRAE/DF a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver sido exigida, ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida ao SEBRAE/DF no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, nos regulamentos do SEBRAE/DF.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções, tanto para LICITANTE quanto para a CONTRATADA, serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência e multa, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade competente, que deverá proferir sua decisão, contado do recebimento dos autos.

13.11. A apuração de responsabilidade relacionadas à suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE, seja em âmbito local ou nacional, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou a CONTRATADA para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.13. O SEBRAE/DF deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

14. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. O contrato poderá ser acrescido em até 50% de seus quantitativos iniciais, mediante acordo entre as partes.

14.2. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

14.3. Os acréscimos e supressões devem ser sempre calculados sobre o valor inicial atualizado, caso haja previsão de reajuste.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR TRANSAÇÃO.

Regime de execução

15.2. O regime de execução do contrato será empreitado por taxa.

Exigências de habilitação

15.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 15.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 15.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 15.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 15.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 15.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

15.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

15.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

15.18.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

15.18.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

15.18.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.19. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

15.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

15.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.22.1.Considerar-se-á (ão) compatível (is) em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, o(s) atestado(s) que comprove(m) a prestação de serviços de gestão de mobilidade corporativa, incluindo o gerenciamento e intermediação de transporte terrestre, para a solicitação de traslado, por meio de aplicação WEB e aplicativo MOBILE.

15.22.2.Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.22.3.Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

15.22.4.O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Sebrae/DF, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Brasília, março de 2026.